



PROPOSTA Nº 861/P/2008

Considerando que a Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro (LSEL), veio introduzir profundas alterações no regime jurídico do agora designado sector empresarial local;

Considerando que o artigo 48º da LSEL determina a obrigatoriedade de as empresas municipais já constituídas adaptarem, até 29 de Dezembro do corrente ano de 2008, os respectivos estatutos ao novo regime legal;

Considerando que se encontra concluída a missão confiada ao Grupo de Trabalho nomeado pelos meus despachos nºs 41 e 81-P/2008, com a elaboração do projecto de estatutos para a Sintra-Quorum- Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EM, segundo uma lógica coerente, compatível e harmonizada com o sector empresarial local do Município, veiculando, ainda, a eliminação das incorrecções oportunamente elencadas em recomendações expendidas pelo Tribunal de Contas;

Considerando que importa reiterar as deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Sintra dos dias 9 e 18 de Abril de 2008, respectivamente, no que concerne à alteração ao montante do capital da empresa;

Considerando que a alteração estatutária que agora se propõe visa, ainda, a optimização da actividade da empresa em função do escopo subjacente à sua criação e à luz das atribuições municipais;

Considerando que deverá ser aproveitada a presente oportunidade para, do mesmo passo, conferir aos estatutos da empresa uma maior qualidade no plano da sistemática e da técnica jurídica, o que sempre implicará a adopção de um novo texto estatutário consolidado, ou seja, completo e integrado.

08/11/26
50/11

Neste contexto:

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, **delibere**:

Propor à Assembleia Municipal de Sintra que esta, nos termos do estatuído na alínea l) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 e dos artigos 8º, nº 5 e 48º, nº 1 da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, delibere aprovar as alterações aos estatutos da Sintra-Quorum- Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EM, traduzidas na nova redacção integral dos respectivos estatutos, incluindo a nova denominação decorrente da adaptação à LSEL, constante do texto final consolidado dos mesmos estatutos que a seguir se anexa e que faz parte integrante da presente proposta, para todos os efeitos legais, designadamente para posterior registo e publicitação, nos termos dos nºs 5 e 7 do artigo 8º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Paços do Município de Sintra, 21 de Novembro de 2008

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



(Fernando Roboredo Seara)

08/11/26
E.O. 11

"ESTATUTOS DA
SINTRA- QUORUM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS,
EEM.

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

SECÇÃO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO E CAPITAL ESTATUTÁRIO

Artigo 1º

(Denominação e natureza)

- 1- A SINTRA-QUORUM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS, EEM, Entidade Empresarial Municipal de Sintra, doravante designada abreviadamente por SINTRA-QUORUM, é uma entidade empresarial local, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
- 2- O capital estatutário da SINTRA-QUORUM é detido na sua totalidade pelo Município de Sintra.
- 3- A alteração da natureza da SINTRA-QUORUM para entidade empresarial local decorre da aplicação da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro.
- 4- A capacidade jurídica da SINTRA-QUORUM abrange e compreende o universo de direitos e obrigações necessários à prossecução do seu objecto.
- 5- A SINTRA-QUORUM fica sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Sintra (CMS), nos termos da lei e dos presentes estatutos.
- 6- A SINTRA-QUORUM é uma empresa primordialmente vocacionada para a promoção do desenvolvimento local no âmbito da respectiva actividade, garantindo ainda as actividades prestacionais inerentes ao respectivo objecto, regendo-se pelo estatuído na Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, pelos presentes estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

08 11 26
E.O.11

Artigo 2º

(Sede e representação)

1. A SINTRA-QUORUM tem a sua sede social no Edifício dos Paços do Concelho, Largo Dr. Virgílio Horta, freguesia de S. Martinho, Município de Sintra.
2. O Conselho de Administração pode deliberar deslocar a sede social para outro local compreendido na circunscrição territorial do Município de Sintra.
3. Por deliberação do Conselho de Administração, podem ser estabelecidas delegações, agências ou quaisquer outras formas de representação, desde que no território do Município de Sintra.

Artigo 3º

(Duração)

A SINTRA-QUORUM é constituída por tempo indeterminado.

Artigo 4º

(Capital Estatutário)

- 1-O capital da Empresa é de 199.519,16 € (cento e noventa e nove mil, quinhentos e dezanove euros e dezasseis cêntimos), integralmente realizado e subscrito, exclusivamente, com entradas do Município em dinheiro e em espécie.
- 2-Quaisquer alterações ao capital estatutário, bem como os respectivos modos de efectivação, estão sujeitos à aprovação da Assembleia Municipal de Sintra.
- 3-A decisão de aumentar ou de reduzir o capital estatutário deverá obedecer ao disposto na lei, referindo nomeadamente:
 - a) A finalidade da alteração;
 - b) As modalidades de efectivação;
 - c) O montante do capital a aumentar ou a diminuir;
 - d) O prazo dentro do qual tais alterações deverão ser efectuadas.

08/11/26
E.O. 11 2

SECÇÃO II
OBJECTO, ATRIBUIÇÕES E ÂMBITO

Artigo 5º
(Objecto Estatutário)

1. O objecto estatutário da SINTRA-QUORUM compreende todas as actividades, desde que integradas no feixe de atribuições do Município, destinadas a assegurar a exploração e gestão de equipamentos colectivos de índole cultural, artística, científica, sócio-económica e recreativa, bem como a promoção dos respectivos eventos.
2. A SINTRA-QUORUM tem igualmente por objecto estatutário a promoção do ensino profissional na área da recuperação do património, sendo a entidade proprietária e responsável pela gestão da Escola de Recuperação do Património de Sintra.
3. O objecto estatutário da SINTRA-QUORUM compreende, ainda, a título complementar, todas e quaisquer outras actividades conexas com as previstas nos números anteriores, desde que integráveis nas atribuições municipais, nomeadamente a disponibilização de instalações ou equipamentos para a realização de eventos promovidos por terceiros.

Artigo 6º
(Atribuições)

Atento o respectivo objecto estatutário, constituem atribuições da SINTRA-QUORUM :

1. A gestão, promoção e exploração de equipamentos colectivos, designadamente, do Centro Cultural Olga de Cadaval, do Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas e da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.
2. A promoção, divulgação e realização de eventos de natureza cultural e artística, designadamente do Festival de Sintra.
3. Divulgar o património histórico, antropológico e cultural do Município de Sintra.
4. Contribuir para a promoção dos agentes culturais de Sintra.
5. Nos termos e para os efeitos do artigo 17º da Lei nº 53-F/20006, de 29 de Dezembro, é transferido para a SINTRA-QUORUM o poder de administração dos bens

08.11.26
E.O.11

do domínio público ou privado do Município que sejam afectos ao exercício das suas actividades.

6. É igualmente cometida à SINTRA-QUORUM a competência para a prática dos demais actos tidos como instrumentais, conexos e necessários para a prossecução das suas atribuições.

Artigo 7º

(Âmbito)

O objecto e atribuições da SINTRA-QUORUM estão confinados à circunscrição do território do Município de Sintra e respectivas atribuições municipais, nos termos da lei e dos presentes estatutos.

CAPITULO II

ÓRGÃOS SOCIAIS

Secção I

Disposições gerais

Artigo 8º

(Órgãos sociais da Empresa)

1. São órgãos da empresa:

- a) O Conselho de Administração;
- b) O Fiscal Único;
- c) O Conselho Consultivo.

2. Os membros dos órgãos da Empresa tomam posse perante o Presidente da Câmara, logo após a respectiva indigitação.

08/11/26
60/11

Artigo 9º

(Actas)

Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre lavradas as respectivas actas, devidamente assinadas por todos os membros presentes, das quais constarão as declarações de voto discordantes, se as houver.

Artigo 10º

(Mandato dos órgãos sociais)

- 1. O mandato dos órgãos sociais da empresa terá a duração de três anos, continuando os mesmos em exercício de funções até à sua efectiva substituição, sem prejuízo de renovação da nomeação nos termos da lei e do disposto na secção seguinte.*
- 2. O disposto no número anterior não prejudica o poder de dissolução e de demissão, nos termos legalmente estatuídos.*
- 3. Em caso de impossibilidade temporária física ou legal para o exercício das respectivas funções, os membros impedidos podem ser substituídos enquanto durar o impedimento.*
- 4. Tanto nos casos de substituição definitiva como nos de substituição temporária, o substituto é designado pela mesma forma por que tiver sido nomeado o substituído e cessa funções no termo do mandato deste, salvo se, no caso de substituição temporária, o substituído regressar antes daquele termo.*

Artigo 11º

(Exercício dos direitos de participante)

Considerando a natureza e a estrutura do respectivo capital estatutário, a SINTRA-QUORUM não dispõe de assembleia geral, exercendo o Município, por intermédio da CMS, as inerentes competências, direitos e poderes, designadamente a aprovação dos instrumentos previsionais, sem prejuízo do disposto nos presentes estatutos e na lei.

08.11.26
E.O. 11

Artigo 12º

(Participação dos trabalhadores na gestão)

Os trabalhadores da SINTRA-QUORUM participam na gestão da empresa, através das Comissões de Trabalhadores que venham a ser constituídas, exercendo os direitos consagrados na lei.

Secção II

Conselho de Administração

Artigo 13º

(Composição)

- 1. O Conselho de Administração é composto por três membros: o presidente e dois vogais, podendo ser eleito ainda um administrador suplente.*
- 2. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e demitidos pela Câmara Municipal de Sintra, em representação do Município e sob proposta do Presidente da Câmara, a quem cabe ainda proceder à respectiva avaliação de desempenho, nos termos e para os efeitos previstos no Estatuto do gestor público.*
- 3. A Câmara Municipal de Sintra escolherá os membros do Conselho de Administração com base em critérios de idoneidade, capacidade e experiência de gestão, competência técnica na área, bem como o sentido de interesse público.*
- 4. Os respectivos mandatos têm a duração de três anos e devem ser coincidentes entre si, podendo ser renovados por igual período.*
- 5. O número de renovações consecutivas dos mandatos dos administradores da empresa não pode em circunstância alguma ser superior a três.*
- 6. O Presidente do Conselho de Administração deve designar o vogal efectivo que o substituirá nas suas faltas ou impedimentos.*
- 7. Caso ocorra a falta ou impedimento de um dos vogais, deverá o mesmo ser substituído pelo vogal suplente.*

08/11/20
6.0.11

8. O Conselho de Administração considera-se constituído desde que se encontre nomeado o presidente e um vogal.

Artigo 14º

(Dissolução do Conselho de administração)

1. O Conselho de Administração pode ser dissolvido nos seguintes casos:

- a) Grave violação, por acção ou omissão dos Estatutos da empresa;
- b) Não observância do objecto da empresa, bem como das orientações estratégicas fixadas pelo Município e aprovadas pela Câmara Municipal;
- c) Desvio substancial entre os orçamentos e a respectiva execução;
- d) Grave deterioração dos resultados do exercício ou da situação patrimonial, resultante da actuação, dolosa ou negligente dos seus membros;
- e) Violação das normas de ética aceites no respectivo sector de actividade, ou adopção de condutas que ponham em causa as boas práticas decorrentes dos usos internacionais.

2. A dissolução do Conselho de Administração é da competência da Câmara Municipal de Sintra, e implica a cessação do mandato de todos os membros que o constituem, não havendo lugar ao pagamento de qualquer subvenção ou compensação pela cessação das respectivas funções.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Conselho de Administração pode ser ainda livremente dissolvido a qualquer momento, nos termos do estatuido no artigo 26º do Estatuto do Gestor Público.

Artigo 15º

(Demissão dos membros do Conselho de Administração)

1. Os membros do Conselho de Administração podem ser demitidos, pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:

- a) Avaliação negativa do desempenho, designadamente por incumprimento dos objectivos e directrizes fixados nas orientações estratégicas do Município ou dos objectivos determinados no contrato de gestão;
- b) Grave violação, por acção ou omissão da lei ou dos estatutos da empresa;

08/11/2017
E.O.-11

- c) *A violação das regras sobre incompatibilidades e impedimentos;*
- d) *A violação do dever de sigilo profissional.*
- 2. *A demissão nos termos do número anterior deve ser sempre fundamentada e precedida de audiência do administrador e tem como consequências a cessação do mandato, sem haver lugar a qualquer subvenção ou compensação pela cessação de funções.*
- 3. *Os membros do Conselho de Administração podem ser ainda livremente demitidos, sempre que a Câmara Municipal delibere nesse sentido, com os efeitos e as consequências previstas no artigo 26º do Estatuto do Gestor Público.*
- 4. *Sempre que o disposto no n.º 1 e n.º 2 se refira à conduta dos administradores no seu conjunto, haverá lugar à dissolução do Conselho de Administração da empresa pela Câmara Municipal de Sintra.*

Artigo 16º

(Responsabilidade dos Administradores)

- 1. *Os administradores da empresa são, penal, civil e financeiramente responsáveis pelos actos e omissões praticados na pendência do respectivo mandato, nos termos da lei.*
- 2. *A responsabilidade civil dos administradores deve ser determinada nos termos do regime jurídico concretamente aplicável.*

Artigo 17º

(Contrato de gestão)

- 1. *Independentemente da contratação prevista no capítulo IV, assim como do exercício dos poderes de tutela e de superintendência e de definição das orientações estratégicas, será outorgado com cada um dos administradores um contrato de gestão, nos termos e para os efeitos do regime contido no Estatuto do Gestor Público, o qual deve reflectir as orientações e os objectivos fixados pelo Município.*

08.11.26
E.O.11

2. O contrato deve ser celebrado no prazo de três meses, contado a partir da data da nomeação do administrador, e deverá fixar, entre outros, os seguintes aspectos:
 - a) Definição das formas de concretização das orientações estratégicas definidas pelo Município;
 - b) Delimitação dos parâmetros de eficiência da gestão;
 - c) Fixação dos valores dos componentes da remuneração dos administradores e restantes aspectos remuneratórios.
3. O incumprimento dos contratos de gestão tem como consequência a demissão do administrador.

Artigo 18º

(Remuneração dos Administradores)

1. A remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração é a correspondente à de Director Municipal.
2. A remuneração mensal dos restantes Administradores executivos é a correspondente à de Director de Departamento Municipal.

Artigo 19º

(Avaliação de desempenho)

Compete à Câmara Municipal de Sintra a avaliação do desempenho das funções de gestão do Conselho de Administração, com base nos objectivos fixados nas orientações estratégicas estabelecidas pelo Município e nos contratos de gestão celebrados.

Artigo 20º

(Competências do Conselho de Administração)

1. Compete ao Conselho de Administração gerir as actividades da empresa, deliberando sobre qualquer assunto com ela conexo e praticando todos os actos necessários à sua administração efectiva, nomeadamente:

08/11/26
E.O.11

- a) Definir anualmente as políticas e objectivos gerais da empresa, em consonância com as orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal, controlando, através da análise dos indicadores adequados, a respectiva execução;
- b) Elaborar os planos de actividade e os planos financeiros, anuais e plurianuais, bem como os orçamentos anuais e suplementares;
- c) Elaborar anualmente o relatório de exercício e os respectivos balanços, e demais documentos de prestação de contas;
- d) Submeter à aprovação ou autorização da tutela, os actos que nos termos da lei ou dos presentes estatutos a elas estejam sujeitos;
- e) Autorizar a execução de trabalhos e obras, fixando os procedimentos a adoptar nos termos legais;
- f) Emitir parecer sobre os assuntos que a CMS entenda dever submeter-lhe e determinar a realização dos estudos que por esta lhe sejam confiados;
- g) Providenciar sobre a conferência ao cofre da tesouraria, no mínimo uma vez por mês;
- h) Estabelecer o modo de constituição das provisões e das reservas, o sistema de amortização de bens e o modo de distribuição dos resultados do exercício;
- i) Estabelecer a organização dos serviços e o mapa de pessoal;
- j) Elaboração de um estatuto do pessoal, onde sejam fixadas, nomeadamente as respectivas categorias profissionais e remunerações;
- k) Celebrar e rescindir contratos de trabalho ou de prestação de serviços, louvar ou premiar os trabalhadores, bem como exercer o competente poder disciplinar;
- l) Adquirir, transmitir ou constituir direitos reais sobre bens, móveis ou imóveis;
- m) Propor à Câmara Municipal de Sintra que requeira a expropriação por utilidade pública;
- n) Celebrar contratos de arrendamento ou aluguer;

08 11 26

E.O. 11

- o) Celebrar contratos de aquisição ou fornecimento de bens e serviços;*
 - p) Aprovar os regulamentos de avaliação de desempenho do pessoal da empresa e de atribuição de prémios;*
 - q) Ordenar a organização e actualização anual do cadastro dos bens da empresa e proceder à respectiva fiscalização;*
 - r) Praticar os demais actos que lhe sejam cometidos pelos presentes estatutos, pelos regulamentos da empresa ou pela entidade tutelar.*
- 2. O Conselho de Administração tem exclusivos e plenos poderes de representação da empresa, sendo os mesmos exercidos conjuntamente pelos administradores, ficando a empresa vinculada pelos negócios jurídicos concluídos pela maioria dos administradores ou por eles ratificados.*
 - 3. Os actos praticados pelos administradores em nome da empresa, nos termos do numero anterior, vinculam-na perante terceiros, desde que praticados no âmbito do respectivo objecto estatutário.*
 - 4. Os administradores obrigam a empresa, apondo a sua assinatura, com a identificação dessa qualidade.*
 - 5. As notificações ou declarações de terceiros à empresa, podem ser dirigidas a qualquer um dos administradores;*
 - 6. As notificações ou declarações de um administrador cujo destinatário seja a empresa, devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho de Administração e as deste dirigidas ao Fiscal Único.*

Artigo 21º

(Delegação dos Poderes de Gestão)

- 1. O Conselho de Administração pode delegar determinados poderes da sua competência em um ou mais dos seus membros, estabelecendo em cada caso os limites e as condições de exercício da delegação.*
- 2. Quando estejam em causa poderes delegados no âmbito do regime jurídico da contratação pública, todos os actos praticados devem, independentemente dos montantes em causa e do procedimento a adoptar, ser levados a conhecimento do Conselho de Administração na primeira reunião após a respectiva tomada de decisão.*

08.11.26
E.D.11

Artigo 22º

(Competência do Presidente do Conselho de Administração)

1. *Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:*
 - a) *Superintender nos serviços e na orientação geral das actividades da empresa;*
 - b) *Representar a empresa em quaisquer actos ou contratos em que ela deva intervir, podendo delegar a representação noutro membro ou em pessoa especialmente habilitada para o efeito;*
 - c) *Convocar reuniões conjuntas do Conselho de Administração com o Fiscal único, sempre que o julgue conveniente, presidindo a essas reuniões;*
 - d) *Suspender a execução das deliberações do Conselho de Administração tomadas sem a presença de todos os membros em exercício, submetendo essas deliberações à reunião imediatamente seguinte do referido Conselho;*
 - e) *Velar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração;*
 - f) *Exercer os poderes que o Conselho nele delegar;*
 - g) *Desempenhar as demais funções estabelecidas nestes estatutos e nos regulamentos internos da empresa.*
2. *O Presidente terá sempre voto de qualidade e poderá opor o seu veto a deliberações que considere contrárias à lei, aos estatutos ou ao interesse público, com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação, até que sobre esta se pronuncie a tutela.*
3. *A suspensão referida no número anterior finda com a confirmação do acto pela Câmara Municipal de Sintra ou pelo decurso do prazo de 15 dias sobre o respectivo conhecimento, sem que a seu respeito tenha emitido qualquer juízo.*
4. *A confirmação do veto acarreta a ineficácia da deliberação.*

08.11.20
E.O.11

Artigo 23º

(Reuniões, Deliberações e Actas)

1. O Conselho de Administração reúne ordinariamente de 15 em 15 dias, e extraordinariamente, sempre que o Presidente o convoque ou a solicitação de qualquer um dos outros administradores.
2. O Conselho de Administração só pode funcionar desde que estejam presentes a maioria dos seus membros e um deles seja o Presidente, sendo as respectivas deliberações tomadas por maioria.
3. As actas das reuniões são assinadas pelos membros do Conselho presentes e arquivadas nos termos legais.
4. O exercício do mandato é dispensado da prestação de caução.

Secção II

Do Fiscal Único

Artigo 24º

(Fiscal Único)

A fiscalização da empresa é exercida por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, sendo nomeado pela Câmara Municipal, mediante proposta do seu Presidente e pelo período correspondente ao mandato do Conselho de Administração.

Artigo 25º

(Competências)

Compete ao fiscal único:

- a) Vigiar pela observância da lei e dos estatutos;
- b) Fiscalizar a administração da empresa;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

08/11/26
6-0-11

- d) Participar aos órgãos competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objecto da empresa;
- e) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- f) Remeter semestralmente ao órgão executivo do Município, informação sobre a situação económica e financeira da empresa;
- g) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação do conselho de administração;
- h) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício;
- i) Emitir parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias a receber pela empresa;
- j) Emitir a certificação legal das contas.

Artigo 26º

(Remunerações)

A definição da remuneração do fiscal único compete ao Conselho de Administração da Empresa mas não pode exceder a de um vogal do referido Conselho.

Secção III

Conselho Consultivo

Artigo 27º

(Composição)

1- O Conselho Consultivo é o órgão consultivo da empresa, sendo nomeado pela Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do Conselho de Administração, devendo integrar um representante dos agentes culturais do Município, atento o objecto estatutário.

2- O desempenho de funções no Conselho Consultivo não pressupõe qualquer tipo de remuneração.

08.11.26
E.O.11

Artigo 28º
(Competência)

1. Compete ao conselho consultivo:
 - a) *Elaborar e aprovar o respectivo regimento;*
 - b) *Eleger a mesa;*
 - c) *Emitir parecer sobre as matérias que lhe sejam remetidas para esse efeito pelo Conselho de Administração;*
 - d) *Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a Empresa, podendo emitir as recomendações que considerar convenientes, atento o disposto na alínea anterior.*
- 2- *O Conselho Consultivo poderá solicitar ao Conselho de Administração elementos de informação adicional tidos como necessários para o desempenho das suas funções.*

CAPITULO III
ENQUADRAMENTO GENÉRICO
EQUILÍBRIO FINANCEIRO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Secção I
Enquadramento Genérico

Artigo 29º
(Enquadramento da actividade)

- 1- *A SINTRA-QUORUM desenvolve a sua actividade estatutariamente consagrada, segundo uma lógica empresarial e em absoluta coerência e articulação com os interesses, objectivos e atribuições do Município, no respeito pelos princípios da não discriminação e da transparência.*
- 2- *A SINTRA-QUORUM adopta uma gestão previsional por objectivos, assente na descentralização e delegação de responsabilidades, adaptada à dimensão da empresa.*

03/11/20
E.O. 11

Secção II

Equilíbrio Financeiro, Articulação com os objectivos do Município e Princípios Orientadores

Artigo 30º

(Equilíbrio)

Nos termos da lei, a actividade gestonária da SINTRA-QUORUM deve desenvolver-se em função das respectivas disponibilidades orçamentais, das necessidades culturais da população do Município de Sintra e de quem o visita, pautando-se por critérios de funcionalidade, eficiência e celeridade, de modo a salvaguardar o desenvolvimento local e o respectivo nível prestacional, assim como a viabilidade e eficiência económicas e o equilíbrio financeiro da própria empresa.

Artigo 31º

(Articulação com os objectivos do Município)

A articulação da gestão da empresa com os objectivos do Município decorre da prossecução do interesse público subjacente à criação da mesma, sendo assegurada, designadamente, através dos seguintes instrumentos:

- 1- Contrato de gestão com os respectivos membros do Conselho de Administração, nos termos da Lei nº 53-F/2007 e do Estatuto do Gestor Público;*
- 2- Contratos-programa a celebrar entre o Município e a Empresa, nos casos previstos na lei, nos quais serão igualmente projectadas as orientações estratégicas oportunamente definidas pela Autarquia.*
- 3- Orientações estratégicas e anuais a definir pela Câmara Municipal.*
- 4- Demais poderes decorrentes da tutela e superintendência cometidos à Câmara Municipal.*

Artigo 32º

(Princípios orientadores)

Sem prejuízo do disposto na lei e nos presentes estatutos, a SINTRA-QUORUM é vocacionada primordialmente para a promoção do desenvolvimento local no âmbito

081126
E011

da respectiva actividade, visando designadamente a eliminação de assimetrias culturais, o reforço da coesão económica e social local, a promoção da região de Sintra através da sua vertente cultural, garantindo, ainda, as actividades prestacionais inerentes ao respectivo objecto.

CAPÍTULO IV

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Artigo 33º

(Instrumentos de gestão previsional)

1-Sem prejuízo do disposto na lei e nos presentes estatutos, a gestão da empresa é disciplinada pelos seguintes instrumentos de gestão previsional:

- a) Planos plurianuais e anuais de actividades, de investimento e financeiros;*
- b) Orçamento anual de investimento;*
- c) Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e orçamento de custos;*
- d) Orçamento anual de tesouraria;*
- e) Balanço previsional.*

2- Os planos de actividades e os orçamentos são remetidos à Câmara Municipal, para aprovação, até 30 de Outubro do ano anterior àquele a que respeitam, podendo este órgão solicitar, no prazo de 30 dias, todos os esclarecimentos que julgue necessários.

3- Os planos de actividade plurianuais devem estabelecer a estratégia a seguir pela empresa, sendo reformulados sempre que as circunstâncias o justificarem.

4- Os planos financeiros plurianuais incluem o programa de investimentos e respectivas fontes de financiamento.

5- O plano de actividades e orçamentos anuais de exploração e investimentos de cada ano económico devem ser completados com os desdobramentos necessários para permitir a descentralização de responsabilidades e o adequado controlo de gestão.

6- Os instrumentos mencionados no número anterior devem explicitar a forma de concretização dos planos plurianuais, referindo, designadamente, os investimentos

08/11/26
L-0-11

projectados e as respectivas fontes de financiamento, os resultados e o balanço previsional.

Artigo 34º

(Deveres especiais de informação)

Sem prejuízo do disposto na lei, a SINTRA-QUORUM deve facultar à Câmara Municipal os seguintes elementos:

- 1- Projectos dos planos de actividades anuais e plurianuais.*
- 2- Projectos dos orçamentos anuais.*
- 3- Documentos de prestação anual de contas.*
- 4- Relatórios trimestrais de execução orçamental.*
- 5- Todas as demais informações e documentação que a Câmara Municipal lhe solicite no âmbito do acompanhamento da situação da empresa e da sua actividade.*

Artigo 35º

(Proveitos)

Constituem proveitos da SINTRA-QUORUM:

- 1- As receitas provenientes da sua actividade, designadamente as decorrentes dos ingressos, mensalidades e assinaturas de entrada ou frequência dos espaços sob a sua administração.*
- 2- As importâncias que lhe forem entregues a título de patrocínio de actividades ou em regime de mecenato.*
- 3- Os montantes resultantes da publicidade a exhibir nos espaços por si geridos, sempre que esta não colida com a finalidade dos mesmos e mediante o prévio licenciamento ou autorização.*
- 4- As importâncias resultantes de outros serviços prestados no exercício das respectivas atribuições.*
- 5- Doações, heranças, legados ou outros aportes a título diverso que lhe sejam atribuídos.*
- 6- Os rendimentos de bens próprios.*

08/11/26
E-011

- 7- O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles.
- 8- O produto de mais-valias devidas pela valorização do seu património.
- 9- O produto da contracção de empréstimos.
- 10- Quaisquer outros rendimentos, valores ou receitas que provenham da sua actividade ou que, por lei ou contrato, lhe devam pertencer.

Artigo 36º

(Contratos-programa)

1-Considerando a missão estatutariamente atribuída à empresa, e na exacta medida da mesma, podem ser celebrados contratos-programa entre a SINTRA-QUORUM e a Câmara Municipal, nas condições, termos e para os efeitos do estatuído no artigo 23º da Lei nº 53-F/2007.

2-A contratação referida no número anterior deverá ainda obedecer ao disposto no artigo 20º da Lei nº 53-F/2007, sempre que esteja em causa qualquer actividade prestacional enquadrável nesta previsão legal.

3-A contratação prevista nos números anteriores implica a correspondente e efectiva adopção dos respectivos sistemas de contabilidade analítica.

Artigo 37º

(Empréstimos)

1- A SINTRA-QUORUM, após autorização da Câmara Municipal, pode contrair empréstimos a curto, médio e longo prazo, bem como emitir obrigações.

2- Os empréstimos de médio e longo prazo a que se refere o número anterior só podem ser contraídos desde que para a realização de investimentos reprodutivos, de melhoramentos ou reequipamento dos espaços que estão afectos à sua gestão, e ainda para a reconversão de empréstimos anteriormente obtidos.

3- A SINTRA-QUORUM pode ainda contrair empréstimos a curto prazo para antecipação de receitas, aquisição de material ou maneo de tesouraria.

08/11/26
2011

Artigo 38º

(Amortizações, reintegrações e reavaliações)

- 1- A amortização, a reintegração dos bens e a reavaliação do activo imobilizado serão efectuadas pelo Conselho de Administração, mediante parecer favorável do Fiscal Único, de acordo com critérios aprovados pela Câmara Municipal de Sintra, sem prejuízo da aplicabilidade do disposto na lei fiscal.
- 2- O valor das amortizações constitui encargo de exploração e será escriturado em conta especial.
- 3- A empresa deve proceder periodicamente à reavaliação do activo imobilizado, em ordem a obter uma mais exacta correspondência entre os valores patrimoniais e contabilísticos.

Artigo 39º

(Reservas)

1. A SINTRA-QUORUM deve constituir os fundos de reserva julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de:
 - a) Reserva legal;
 - b) Reserva para investimentos;
 - c) Fundo para fins sociais.
2. Constituem a reserva legal 10% do resultado líquido do exercício deduzido da quantidade necessária à cobertura de prejuízos transitados.
3. A reserva legal só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobertura de eventuais prejuízos de exercício.
4. O fundo para fins sociais será fixado em percentagem dos resultados e destina-se a financiar benefícios sociais ou a prestação de serviços colectivos aos trabalhadores da SINTRA-QUORUM.
5. Constituem reserva para investimentos a parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe for destinada e as receitas provenientes de participações, dotações ou subsídios de que a SINTRA-QUORUM seja beneficiária e que se destinem a esse fim.

08.11.26
E-0.11

6. Quando a conta de ganhos e perdas de um exercício encerre com lucros, o conselho de administração atribuirá à Câmara Municipal de Sintra 30% a título de participação nos lucros da empresa, dispondo do remanescente nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 40º

(Contabilidade)

A contabilidade da empresa respeita o Plano Oficial de Contabilidade, devendo responder às necessidades de gestão empresarial, permitindo um controlo orçamental permanente.

Artigo 41º

(Prestação e aprovação de contas)

1-Sem prejuízo da demais documentação prevista na lei, os instrumentos de prestação de contas da SINTRA-QUORUM, a elaborar anualmente com referência a 31 de Dezembro e a submeter à Câmara Municipal de Sintra, são os seguintes:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados;
- c) Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;
- e) Relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazos;
- f) Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos;
- g) Relatório do conselho de administração e proposta de aplicação dos resultados;
- h) Parecer do fiscal único.

2-Os documentos referidos no número anterior são enviados à Câmara Municipal durante o mês de Março do ano seguinte, a qual os apreciará e aprovará até 30 de Abril, considerando-se tacitamente aprovados decorrido esse prazo.

08.11.26
E.O.11

3- O relatório anual do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do fiscal único são publicados no Diário da República e num dos jornais mais lidos do Município de Sintra, a expensas da SINTRA-QUORUM.

Artigo 42º

(Controlo financeiro)

1- A empresa está sujeita ao controlo financeiro destinado a averiguar da legalidade, economia, eficiência e eficácia da sua gestão.

2- Sem prejuízo das competências atribuídas pela lei ao Tribunal de Contas, o controlo financeiro de legalidade compete à Inspeção-Geral de Finanças.

3- Deverão ser implementados pela empresa os devidos procedimentos de controlo interno.

Artigo 43º

(Cadastro)

O cadastro dos bens da empresa e do domínio municipal a seu cargo será actualizado até 31 de Dezembro de cada ano.

CAPÍTULO V

SUPERINTENDÊNCIA E TUTELA DA EMPRESA

Artigo 44º

(Entidade Competente)

Compete à Câmara Municipal de Sintra o exercício da tutela económica e financeira da empresa, sem prejuízo do inerente e respectivo poder de superintendência.

Artigo 45º

(Âmbito da Tutela)

A tutela mencionada no número anterior abrange:

1- A aprovação dos planos estratégico e de actividade;

08.11.26
E-0-11

- 2- A aprovação do orçamento e contas, assim como de dotações para capital, subsídios e indemnizações compensatórias;
- 3- A homologação dos preços ou tarifas a praticar pela empresa, salvo quando a sua definição competir a outras entidades independentes;
- 4- A aprovação dos relatórios do conselho de administração, as contas do exercício e a aplicação de resultados, bem como os pareceres do fiscal único;
- 5- A nomeação e exoneração do conselho de administração;
- 6- A prévia autorização para a contracção de empréstimos, assim como das respectivas condições;
- 7- A autorização para a aquisição, transmissão e constituição de direitos relativos a bens imóveis;
- 8- A aprovação dos regulamentos de exploração dos equipamentos geridos pela empresa;
- 9- A determinação da realização, por unidade orgânica da Câmara Municipal, das auditorias e averiguações ao funcionamento da empresa que se revelarem necessárias no exercício dos poderes conferidos pela lei ou pelos presentes estatutos.

Artigo 46º

(Orientações estratégicas)

Compete à Câmara Municipal definir as orientações estratégicas, estabelecendo os objectivos a prosseguir pela empresa, segundo metas quantificadas e contemplando a celebração da contratação mencionada no artigo 16º da Lei nº 53-F/2006, tendo em atenção a promoção do desenvolvimento local e a concretização da devida actividade prestacional, com vista à efectiva prossecução do interesse público envolvido.

08/11/20
L.O. M

CAPÍTULO VI

DO PESSOAL

Artigo 47º

(Estatuto do pessoal)

1-O Estatuto do pessoal da SINTRA-QUORUM é o do regime do contrato individual de trabalho.

2-A matéria relativa à contratação colectiva rege-se pela lei geral.

Artigo 48º

(Exercício de funções na SINTRA-QUORUM)

Os funcionários e agentes da administração central, regional e local, incluindo dos institutos públicos, assim como os trabalhadores de quaisquer empresas públicas podem exercer funções na SINTRA-QUORUM, nos termos do disposto no artigo 46º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Artigo 49º

(Remunerações)

1-Compete ao Conselho de Administração a prática e definição de todos os actos inerentes à gestão dos recursos humanos, designadamente fixar a tabela de remunerações do pessoal da empresa.

2- Com vista a estimular e a distinguir os trabalhadores da empresa, o Conselho de Administração pode deliberar a atribuição de prémios, nas condições que forem estabelecidas em regulamento da empresa.

Artigo 50º

(Avaliação de desempenho)

1- O desempenho do pessoal da SINTRA-QUORUM deve ser objecto de avaliação anual em função dos critérios previamente definidos em regulamento da empresa.

08.11.2011
E.O.11

2- Os resultados da avaliação de desempenho devem fundamentar a diferenciação mencionada no artigo anterior assim como a promoção ou a progressão nas carreiras e demais medidas de gestão de recursos humanos da competência do Conselho de Administração.

CAPÍTULO VII

ESCOLA PROFISSIONAL DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE SINTRA

Artigo 51º

(Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra)

Conforme o disposto no artigo 5º, nº 2 dos presentes estatutos, a SINTRA-QUORUM constitui-se como a entidade proprietária da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, adiante designada por Escola, assumindo nos termos da lei a sua gestão e a sua promoção.

Artigo 52º

(Objectivos)

A Escola tem por fim promover a formação integral e integrada dos alunos, qualificando-os para o exercício profissional e para o prosseguimento dos estudos, na área da recuperação do património.

Artigo 53º

(Actividades)

Para o prosseguimento dos seus objectivos, a escola desenvolverá as respectivas actividades, cabendo-lhe designadamente:

- a) Promover actividades curriculares de natureza didáctico – pedagógica, correspondentes ao plano de estudos a ministrar;
- b) Promover a realização de trabalhos e estudos no âmbito das artes, bem como criação e prestação de serviços nesse domínio;
- c) Promover actividades que visem o aumento de conhecimentos prévios e de observação, interligados às disciplinas em curso, no campo técnico e tecnológico,

08.11.26

E.O. 11

possibilitando ao aluno adquirir a experiência e o contacto com o mundo do trabalho onde está inserido;

d) Analisar necessidades de formação locais e regionais e proporcionar as respostas formativas adequadas;

e) Prestar serviços educativos à comunidade através do enriquecimento mútuo;

f) Planificar, realizar e avaliar estágios no sentido de proporcionar os mecanismos de aproximação entre a Escola e o mundo do trabalho;

g) Estabelecer acordos com empresas ou instituições, nomeadamente o IGESPAR.

Artigo 54º

(Autorização prévia)

1 - O funcionamento da Escola carece de autorização prévia por parte do Ministério de Educação.

2 – A autorização prévia depende do cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:

a) A oferta de cursos profissionais nos termos definidos por lei;

b) A idoneidade civil dos titulares dos órgãos de administração da entidade proprietária;

c) A adequação da oferta de formação à satisfação das necessidades formativas do tecido social;

d) O envolvimento institucional do respectivo tecido social, designadamente através da sua participação na Escola, na definição da oferta de cursos, na organização das actividades de formação e na inserção profissional dos diplomados;

e) O recrutamento de docentes com habilitações académicas e profissionais adequadas aos planos e programas que se pretendem desenvolver;

f) A existência de instalações e equipamentos adequados e afectos exclusivamente aos planos, programas e actividades da Escola, de acordo com as tipologias e orientações definidas por despacho do Ministério da Educação.

3 – O incumprimento posterior de algum destes requisitos, ou sempre que o funcionamento da Escola decorra em condições de manifesta degradação pedagógica, comprovada pelos serviços do Ministério da Educação, implica a revogação da autorização de funcionamento.

08/11/26
E.O.11

Artigo 55º

(Autonomia financeira)

A contabilidade da Escola será definida e organizada por imputação a um centro de responsabilidade autónomo, assegurando assim a respectiva autonomia administrativa e financeira.

Artigo 56º

(Competências da entidade proprietária)

1 – Compete à SINTRA-QUORUM, como entidade proprietária, designadamente:

- a) Representar a Escola junto do Ministério da Educação em todos os assuntos de natureza administrativa e financeira;*
- b) Assegurar a gestão administrativa da Escola, nomeadamente conservando o registo de actas de matrícula e inscrição dos alunos, garantindo a conservação dos documentos de registo de actas de avaliação, promovendo e controlando a emissão de certificados e diplomas de aproveitamento e habilitações e ainda a qualidade dos processos e dos respectivos resultados;*
- c) Acompanhar e verificar a legalidade da gestão administrativa da Escola;*
- d) Assegurar os recursos financeiros indispensáveis ao funcionamento da Escola e proceder à sua gestão económica e financeira;*
- e) Responder pela correcta aplicação dos apoios financeiros concedidos;*
- f) Garantir a instrumentalidade dos meios administrativos e financeiros face a objectivos educativos e pedagógicos;*
- g) Prestar ao Ministério da Educação as informações que este solicitar;*
- h) Incentivar a participação dos diferentes sectores das comunidades escolar e local na actividade da Escola, de acordo com o regulamento interno, o projecto educativo e o plano anual de actividades;*
- i) Criar e assegurar as condições necessárias ao normal funcionamento da Escola;*
- j) Contratar o pessoal que preste serviço na instituição;*
- l) Representar a escola em juízo e fora dele.*

2 – A entidade proprietária é responsável pelos actos praticados no exercício das suas funções.

08/11/26
L-011

3 –O Conselho de Administração da SINTRA-QUORUM pode delegar no seu Presidente as suas competências relativas à Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, definindo em acta os limites e as condições do seu exercício.

Artigo 57º

(Funcionamento)

- 1- A Escola goza de plena autonomia pedagógica.
- 2- Para assegurar o seu funcionamento, e sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a Escola tem obrigatoriamente uma Direcção Técnico-Pedagógica, uma Direcção de Escola, um Conselho Consultivo da Escola e uma Secretaria-Geral de Apoio Técnico, Administrativo e Financeiro.

Artigo 58º

(Direcção Técnico-Pedagógica)

- 1 – À Direcção Técnico-Pedagógica competirá, designadamente:
 - a) Organizar e oferecer os cursos e demais actividades de formação e certificar os conhecimentos adquiridos;
 - b) Conceber e formular, sob orientação da entidade proprietária, o projecto educativo, adoptar os métodos necessários à sua realização, assegurar e controlar a avaliação de conhecimentos dos alunos e realizar práticas de inovação pedagógica;
 - c) Representar a Escola junto do Ministério da Educação em todos os assuntos de natureza pedagógica;
 - d) Planificar as actividades curriculares;
 - e) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
 - f) Garantir a qualidade de ensino;
 - g) Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos professores e dos alunos.
- 2 – A Direcção Técnico-Pedagógica é responsável pelos actos praticados no exercício das suas funções e deve ser assumida por professor habilitado para o exercício da docência ao nível do ensino secundário ou do ensino superior e com habilitação ou experiência pedagógica.

08.11.20
E.O.11

3 – O incumprimento das competências previstas no nº 1, comprovado pelos serviços do Ministério da Educação, poderá motivar a revogação da autorização de funcionamento.

Artigo 59º

(Direcção de Escola)

1 – À Direcção de Escola competirá, sob orientação do presidente do conselho de administração da SINTRA-QUORUM, executar todos os actos necessários à gestão administrativa e financeira da escola.

2 – A Direcção de Escola é responsável pelos actos praticados no exercício das suas funções.

Artigo 60º

(Conselho Consultivo da Escola)

1 – Ao Conselho Consultivo da Escola competirá, dar parecer sobre o projecto educativo e sobre os cursos profissionais e outras actividades de formação.

2 – O Conselho Consultivo da Escola será constituído por dois representantes dos alunos, por dois representantes dos pais ou encarregados de educação, por dois representantes dos docentes, pelo Director Técnico-Pedagógico e por dois representantes de instituições locais representativas do tecido económico e social.

3- Os representantes de instituições locais representativas do tecido económico e social são nomeados pelo Presidente do Conselho de Administração da SINTRA-QUORUM.

Artigo 61º

(Secretaria-Geral de Apoio Técnico, Administrativo e Financeiro)

À Secretaria-Geral de Apoio Técnico, Administrativo e Financeiro incumbe o apoio ao Presidente do Conselho de Administração da Sintra-Quorum, à Direcção Técnico-Pedagógica, à Direcção de Escola e ao Conselho Consultivo, no exercício das respectivas funções.

08/11/26
60/11

Artigo 62º

(Remunerações)

1 – O Director Técnico-Pedagógico e o Director de Escola serão remunerados pelo exercício das suas funções.

2 – Os membros do Conselho Consultivo da escola não serão remunerados no exercício das suas funções.

Artigo 63º

(Pessoal)

O pessoal contratado para exercer funções na Escola subordinar-se-á ao regime consagrado nos presentes estatutos para os restantes funcionários da SINTRA-QUORUM.

Artigo 64º

(Financiamento público)

1 - A Escola poderá candidatar-se, nos termos da lei, a comparticipação pública nas despesas inerentes aos cursos profissionais que organize.

2 – A Escola poderá ainda beneficiar das condições especiais de acesso a subsídios a fundo perdido e linhas de crédito bonificadas destinados à aquisição, construção e equipamento dos seus estabelecimentos de ensino.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 65º

(Regime Fiscal)

A SINTRA-QUORUM está sujeita a tributação directa e indirecta nos termos gerais.

08.11.16
E.O.11

Artigo 66º
(Contratação)

A SINTRA-QUORUM, no desenvolvimento da sua actividade, deve dar cumprimento ao regime da contratação pública que, nos termos da lei, lhe for aplicável.

Artigo 67º
(Extinção e liquidação)

1-A extinção da SINTRA-QUORUM é da competência da Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal.

2- A extinção pode visar a reorganização das actividades da empresa, mediante a sua cisão ou fusão com outras, ou destinar-se a pôr termo a essa actividade, sendo então seguida de liquidação do respectivo património.

3-A extinção da SINTRA-QUORUM implicará a assunção pelo Município de Sintra, de todos os respectivos direitos e obrigações."

08.11.26
EO-M